



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÉ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO X - Nº 173 - 1ª QUINZENA DE JUNHO DE 1999 - R\$ 1,00

**CONTRA AS SAÍDAS ELEITORALISTAS DO REFORMISMO:
GREVE GERAL PARA DERRUBAR O PLANO DE FOME!
FRENTE ÚNICA ANTIIMPERIALISTA! ABAIXO FHC e FORA O FMI!**

**ELEIÇÕES DA APEOESP:
Campanha da
Oposição Revolucionária
é a defesa do programa**



**CONGRESSO DA UNE-99
Oposição de luta só se
constrói com um programa
oposto ao reformismo**



**Contra a fome,
todo apoio aos saques!
Terra aos camponeses pobres!
Aliança Operário-Camponesa!**

Burocracia russa trabalha pela rendição da Iugoslávia

Quinzena de luta do movimento operário

BUROCRACIA CUMPRE SEU PAPEL TRAIADOR E ADIA TEMPORARIAMENTE A GREVE DOS CONDUTORES

No final do mês de maio motoristas e cobradores de ônibus de São Paulo demonstraram que estão dispostos a lutar contra os ataques às suas condições de vida. Após o anúncio dos patrões de que pretendiam retirar várias conquistas dos trabalhadores, estes aprovaram a greve em assembleia, que ocorreria juntamente com os metroviários e funcionários da SABESP. Entretanto, a direção do Sindicato, completamente comprometida com os interesses patronais, aproveitou-se das ameaças feitas pela Prefeitura de demitir os grevistas (como se essa atribuição agora não fosse da iniciativa privada) e da exigência da justiça do trabalho para uma solução nos marcos da legalidade burguesa e de outras manobras, como acusar os patrões de incitação à greve, para justificar seu tremendo esforço no sentido de evitar que o movimento grevista se concretizasse. Porém (a manobra mais escrota para suspender a greve) tratou de iludir os trabalhadores de que "era preciso depositar um voto de confiança no TRT", que julgaria o dissídio coletivo da categoria naqueles dias. Tudo estava devidamente preparado para evitar que os trabalhadores retomassem a decisão de manter a greve: O TRT daria uma sentença demagógica na qual os patrões supostamente seriam obrigados a cumprir certas cláusulas do contrato coletivo, bem como conceder algumas migalhas aos trabalhadores. Os pelegos apresentariam a tal de-

cisão aos trabalhadores como vitória, tomando o cuidado de esconder que, aos patrões foi reservado o direito de não cumprir a tal decisão e tudo acabaria nas mãos da justiça burguesa, evitando-se, assim, a ação direta dos trabalhadores. Porém, não demorou muito e a pelegada está novamente perdendo o sono com a disposição de luta dos trabalhadores. No dia 3/6, motoristas e cobradores entraram em greve no ABC paulista, passando por cima da direção do sindicato, que defendeu em contraposição à greve a proposta da associação patronal, que retirava conquistas, como diminuição do valor do vale-refeição, aumento da jornada de trabalho, etc. Em Guarulhos, a greve dos motoristas e cobradores já está marcada para começar a partir de 8/6. Na capital, como era previsto, os patrões não cumpriram a decisão do TRT e os trabalhadores já estão novamente pressionando as direções e ameaçam entrar em greve brevemente. Os trabalhadores estão percebendo, pela própria experiência, que não será pela linha de conciliação de classes (reformismo), que dobrarão os patrões ante suas reivindicações. Para isso é preciso desenvolver seus próprios métodos de luta (greves, ocupações, manifestações), que se colocam abertamente em choque com os capitalistas em crise.

BUCKA SPIERO - EXEMPLO DA PODRIDÃO CAPITALISTA

Apesar da enérgica luta dos metalúrgicos da Bucka Spiero, Indústria de extintores de incêndio, localizada na Freguesia do Ó, que ocuparam a fábrica por vários dias em meados do mês passado para assegurar seus direitos, como recebimento de 13º salário atrasado e fundo de garantia não depositado pelo patrão há mais de cinco anos, não conseguiram evitar o assalto a que foram submetidos. Com a proteção da Justiça burguesa e da Polícia Militar, os ladrões além de não pagarem o que deviam aos trabalhadores, ainda conseguiram retirar as máquinas do local, provavelmente para aplicar outro golpe mais à frente em outros trabalhadores. A experiência demonstra que, mesmo utilizando-se de métodos de ação direta (ocupação da fábrica), torna-se necessária a unificação dos movimentos operários para barrar os ataques e as falcaturas dos patrões e é uma das condições para alcançar a derrubada da classe capitalista e seu sistema de exploração.

BRAÇOS CRUZADOS NA COPAS

Os 80 trabalhadores da Companhia Paulista de Fertilizantes (Copas), em Mauá, fizeram greve de uma semana, por atraso de pagamento, vale-transporte e cesta básica. A greve também objetivou obrigar os patrões a pagar o que deviam aos 130 demitidos no início do ano e até agora não receberam os seus direitos.

GREVISTA RECUSA PROPOSTA PATRONAL E EXIGE PAGAMENTO INTEGRAL DE SALÁRIOS ATRASADOS

Os 106 trabalhadores da Abraçatec, em São Bernardo, após duas semanas de greve, recusaram, em assembleia, a proposta patronal de pagamento parcelado dos salários atrasados. Além disso, os trabalhadores exigiram estabilidade no emprego de pelo menos 90 dias como condição para retornarem ao trabalho. A ação direta e intransigente por suas reivindicações é a garantia de que dispõem os operários na luta contra seus algozes.

GREVE DOS ELETRICITÁRIOS EM FURNAS GANHA ADESÕES

A greve dos eletricitários do Sistema de Furnas contra a privatização da empresa, iniciada nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Distrito Federal, ganhou força com adesões dos 800 funcionários de São Paulo e Campinas. Os trabalhadores procuram evitar um calote da dívida no fundo de pensão dos trabalhadores de R\$1,2 bilhões. Já dissemos anteriormente e voltamos a repetir que ampliação do movimento é de extrema importância, na medida em que se coloque abertamente contra todas as privatizações feitas e em curso pelo governo antinacional e antipopular de FHC.

FUNCIONÁRIO CRUZA OS BRAÇOS NA IPS

Os funcionários da IPS Materiais e Serviços, que fazem a limpeza do PAS do Tatuapé, pararam suas atividades por vários dias no final de maio em protesto contra atraso no pagamento dos salários. Na atual crise em que se encontram, os capitalistas procuram todas as formas para descarregar seus prejuízos nas costas dos trabalhadores. Atraso de salários, corte de benefícios, demissões, deterioração das condições mínimas de trabalho, etc são os ataques mais frequentes. A organização e a unidade cada vez maior da classe operária deve ser a resposta. Partindo da luta por suas reivindicações mais elementares e trabalhar para alcançar seu objetivo histórico: destruir a sociedade capitalista e caminhar rumo ao socialismo.



Repressão:

Quinzena de luta do Movimento Camponês Crise no governo agrava os ataques ao MST

O governo tem atacado cada vez com mais energia os movimentos sociais. O movimento que vem sofrendo um ataque violento e sistemático é o MST.

O governo de FHC se pronunciou que os governadores não podem ter receio de reprimir os "abusos" do MST. Antônio Carlos Magalhães (PFL), quando admitiu sua participação nas eleições de 2002, deu um depoimento no qual faz críticas ao FHC na sua conduta ao tratar o MST, "Toda vez que se cede à demagogia, cheira à falta de autoridade" (O Estado de São Paulo - 08/05/99).

Nesses últimos meses vários conflitos estouraram no Brasil. Os governadores vêm seguindo com rigor os "conselhos" de FHC e de ACM, vêm reprimindo o MST em diversas partes do país. Vejamos a situação de repressão e perseguição ao MST nos casos do Paraná, Porto Feliz e Recife.

PARANÁ

No Paraná o governador Jaime Lerner, do partido de ACM (PFL), montou no estado uma grande estrutura repressiva. Em um depoimento, um dos coordenadores estaduais do MST, João Paulo Rodrigues afirmou: "O governador Jaime Lerner está montando uma estrutura de guerra lá e já gastou mais de R\$ 2 milhões desde o dia 6 de maio" (O Estado de São Paulo - 28/05/99).

No dia 2/04/99, quinta-feira, houve uma desocupação na Fazenda Santa Maria, em Ortigueira, que se localiza a 300 quilômetros de Curitiba. O CPT (Comissão Pastoral da Terra) afirmou que houve espancamentos e que a polícia fez com que os sem-terra deitassem no chão e ali, munidos de uma lista chamava os líderes, Valdecir Bordignon, Luiz Castorino de Souza, Lourival Lesse, José Pedro Calistro, Aristides dos Santos Lisboa e Arlindo de Matos e depois os levaram para a beira de um córrego e os espancaram.

No dia 06/05/99 durante a madrugada, houve uma desocupação em massa na região de Querência do Norte, 650 quilômetros de Curitiba.

Nessa operação, foram desocupadas 6 fazendas.

Mais violência da PM foi retratada: até menores, com idade de 10 a 16 anos, foram vistos entrando em camburões. O coordenador do MST na região, Rogério Mauro, afirmou que os policiais levaram 15 pessoas dentro de um camburão e que foi em direção à divisa entre o Paraná e Mato Grosso do Sul e esse deu uma entrevista para O Estado de São Paulo do dia 08/06/99, afirmando que: "O pessoal viu que também ia junto um Kadett branco com quatro encapuzados".

Em uma dessas fazendas, a Rio Branco, o agricultor José Duarte, 56 anos, afirmou que ficou mais de 8 horas deitado no barro, levou chutes e disse que vários policiais estavam de capuzes e sem targetas de identificação, e disse: "Quando esquentava o barro onde a gente estava deitado a polícia mandava mudar para um lugar onde o barro estava mais frio" (O Estado de São Paulo - 28/05/99).

No dia 21/05/99 outra desocupação se efetuou, essa na Fazenda Cobrinco, em Santa Cruz de Monte Castelo, onde se fez presente a violência novamente. O sem-terra Geraldo José dos Santos, de 84 anos, que teve uma fratura em sua vértebra da coluna, deu vários depoimentos sobre a ação dos policiais na desocupação "Geraldo afirma que recebeu dois chutes de um policial encapuzado, durante a desocupação" e continua "... assim como os outros 24 homens do acampamento, foi algemado e permaneceu sob a guarda dos policiais entre 1h30 e 7 horas" (O Estado de São Paulo - 28/05/99).

O governador Jaime Lerner, que vem atacando o MST e jogando em favor dos interesses dos latifundiários, recebeu elogios do coordenador Tarcísio de Souza, da UDR (União Democrática Ruralista), que disse: "Temos que parabenizar o governo pela maneira eficaz e sem conflito, que é o que queremos" e disse "Estamos confiantes que a reforma agrária seja feita de acordo com a Justiça, trazendo a paz no campo. (O Estado de São Paulo - 08/05/99 - grifo nos-

so).

Como dizia um documento que o MST do Pontal lançou sobre o governo de Jaime Lerner "uma aventura militar caríssima, mobilizando mais de 2 mil policiais, cães treinados, helicópteros, 100 veículos e 30 ônibus, para bloquear estradas e realizar despejo violento dos trabalhadores, humilhando mulheres, crianças, fazendo prisões em massa torturando inocentes" (O Estado de São Paulo - 02/06/99).

PORTO FELIZ

No dia 27/05/99, durante um bloqueio realizado pelo MST na Rodovia Castelo Branco, em Porto Feliz, os trabalhadores sem-terra que estavam passando fome saquearam três caminhões. E no dia seguinte a PM realizou uma mega operação que contou com a Tropa de Choque, helicópteros, cães para entrar no Acampamento Nova Canudos, onde foram pegar os alimentos que, pelos dados da imprensa e da PM, eram 12 toneladas de carne e 1,9 mil sacos de macarrão.

Nessa operação, vinte sem-terra foram presos. A ordem para apreensão foi dada por uma juíza já conhecida do MST, Daniela Bortolieri Ventrice.

Dos vinte que foram presos, treze foram liberados e permaneceram sete. Desses, um é o pro-

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

fessor universitário Marcelo Buzetto, que é professor da Uniban de São Bernardo do Campo.

Segundo Gilmar Mauro, a juíza Daniela Bortolieri Ventrice. "Ele a acusou de perseguir os sem-terra. Foi dela a ordem de busca a apreensão dos alimentos saqueados.". "Ela será processada por abuso de poder e danos morais." (O Estado de São Paulo - 30/05/99).

RECIFE

No dia 03/05/99, na Companhia Independente da Polícia Militar em Cabrobó, a 606 quilômetros de Recife, foram presos três sem-terra que pertenciam ao Acampamento Ara-

capá, em Ororó que são: Luiz dos Santos da Silva, 30 anos, Edson Alves dos Santos, 18 anos e Antonio Carlos de Oliveira, 28 anos.

Dois deles tiveram suas orelhas perfuradas por um grampeador de papel e foram chutados, socados e tomaram telefones (tapões nas orelhas, simultaneamente).

Segundo o MST "os policiais chegaram ao acampamento e, sob o argumento de que o juiz da comarca queria falar com eles, levou-os direto a companhia, onde teriam sido agredidos durante toda a noite." (O Estado de São Paulo - 04/05/99).

Pela aliança operário-camponesa

Esses fatos ilustram apenas algumas ocorrências da violência que vêm sofrendo os movimentos sociais, e

particularmente o MST, e demonstram com grande clareza o que pretende o governo: enfraquecer e aniquilar o MST.

Nesse sentido se faz necessário se preparar, pois o avanço da crise econômica e política vai fazer com que a violência reacionária do Estado se agudize. Para se defender das armas da PM, é preciso organizar os COMITÊS DE AUTODEFESA ARMADOS.

O movimento de defesa do MST deve se alastrar pelo o Brasil e que suas reivindicações se combinem com as reivindicações dos operários e de todos os trabalhadores explorados. A ALIANÇA OPERÁRIA E CAMPONESA é condição para sua vitória sobre os capitalistas e seus governos, que reprimem de forma centralizada.

Publicamos abaixo o boletim do Comitê contra Opressão Política e Social da PUC/SP RESPONDER COM LUTA À BRUTAL REPRESSÃO AOS SEM-TERRA



O governo FHC tomou a decisão de liquidar o MST. Acatando a exigência dos latifundiários, passou a utilizar mais ostensivamente a repressão. Determinou que sua política fundiária não admitirá atender quaisquer reivindicações dos sem-terra que se utilizarem das ocupações de terra. Não haverá mais assentamento onde os trabalhadores estiverem lutando com métodos próprios. O Banco da Terra e a Cédula da Terra, arquitetados com o Banco Mundial (órgão do imperialismo), tem por pressuposto vender propriedades a uma ínfima minoria que não ocupar e não vão lutar pelo fim do poder latifundiário. Dizendo-se defensor da lei, o governo capitalista passou a golpear os sem-terra através de prisões, perseguir as lideranças e atuar com prontidão policial contra as ocu-

pações.

Fome e violência policial

O cerco da tropa de choque aos sem-terra do acampamento Nova Canudos, em Porto Feliz (SP), para reaver os alimentos expropriados, mostra bem a orientação repressiva. Antes o governo atendia a reivindicação de cesta-básica, ainda que limitadamente. O corte da alimentação objetiva estrangular os acampamentos pela fome. Se os trabalhadores ocupam a terra para plantá-la, imediatamente se movimenta um verdadeiro aparato de guerra. A fome e a violência estatal, quando não acompanhadas dos ataques diretos dos fazendeiros através de suas milícias particulares, são as armas para quebrar a resistência dos camponeses. O que acaba de ocorrer com Nova Canudos não é fato isolado. O mesmo está se passando por todo país. O ataque policial a acampamentos no Paraná chegou ao ponto da utilização da tortura contra velhos e 41 prisões. O presidente do Sindicato Rural de Paraupébas (PA) foi assassinado recentemente a mando dos latifundiários. A luta de classes no campo vai se agudizar ainda mais, colocando a necessidade de melhor organização dos trabalhadores através da auto-defesa.

Unir a cidade e o campo

É preciso que os trabalhadores urbanos apoiem política e materialmente os camponeses pobres. Não se trata de fazer campanha assistencialista, que só serve para ocultar o choque entre as classes sociais. Mas sim de organizar os movimentos contra a opressão de classe geral, que atinge o camponês tanto quanto o operário. O Comitê Nova Canudos e o Comitê Contra a Opressão Social e Política chamam os estudantes a contribuírem com arrecadação de alimentos em defesa dos sem-terra, como parte da denúncia contra a repressão. Trata-se, além disso, de se mobilizar contra o desemprego, os baixos salários, a destruição das escolas públicas, a expulsão dos estudantes das escolas particulares, enfim contra a exploração e opressão capitalistas.

Todo apoio a Nova Canudos: liberdade imediata aos presos

Continuam presos 7 sem-terra de Nova Canudos. O crime: expropriar coletivamente alimentos para matar a fome. Exigimos a imediata libertação dos lutadores. Terra aos camponeses, fim da repressão, da fome e da miséria!

Crise política avança sem resposta organizada dos explorados

A propaganda de que a crise foi superada é mais uma manobra para breca a crise interna à aliança governamental. Os argumentos utilizados são de que a recessão não foi tão profunda quanto se previa, que já está superada e que a estabilidade da moeda se mostrou segura mesmo diante da desvalorização do Real. Entretanto, há outras variáveis indicando que a amenização da crise econômica pode ser passageira. Esperava-se que com a brutal desvalorização crescessem as exportações e as importações fossem rigorosamente inibidas. Não ocorreu na proporção desejada, com o agravante de que os preços das matérias primas e produtos agrícolas continuaram em baixa, anulando o crescimento desse setor. A dívida interna e externa deram um tremendo salto com a desvalorização da moeda. Estima-se que o país perdeu mais de 100 bilhões de dólares. Os banqueiros se locupletaram da noite para o dia.

O governo, com apoio do FMI, tem manejado o endividamento com vendas de títulos no exterior e utilização dos fundos de empréstimo dessa agência do imperialismo. Significa potencializar a crise do endividamento, que depois voltará com mais força impulsionada pelas quebras internacionais. Já se fala em situação explosiva na Argentina, para quem o Brasil exporta manufaturas mais sofisticadas (máquinas, carros etc). Discute-se também o arrefecimento econômico dos Estados Unidos, depois de quase 10 anos de crescimento. Isso quando o Japão se mostra encahlado e a Europa quase estagnada. Se esta tendência persistir, os golpes sobre a economia brasileira continuarão a empurrá-la para o abismo. Tudo indica que esta é a perspectiva.

O fundamental é que a desintegração do capitalismo recai inteiramente sobre as massas. O desemprego se agiganta e a massa média salarial cai. Enquanto o governo diz que o pior da crise passou, os dados sobre o desemprego e a redução dos ganhos dos trabalhadores são negativos. No maior centro industrial do País, São Paulo, a taxa de desemprego ultrapassou os 20%. A média salarial caiu em 5%, configurando a superexploração. As bandeiras de emprego a todos (escala móvel das horas de trabalho), reposição salarial integral e salário mínimo real encabeçarão as reivindicações dos explorados e os colocarão em choque aberto com o Estado burguês.

A corrupção do Estado

A CPI dos Bancos e do Judiciário expressam a crise política no seio do governo. Os escândalos voltaram à tona

com a quebra do Plano Real. As forças burguesas que comandam o Estado, concentradas nos grandes partidos, têm claro que o governo FHC acabou com o fim do Real. Fato esse que abre caminho para o oposicionismo crescer. A aliança tem de assegurar a governabilidade de FHC, que ainda conta com o aval do imperialismo, e ao mesmo tempo preparar sua remoção. Contam com o perigo de avançar a bandeira de eleições antecipadas. O que obriga os aliancistas manterem-se por detrás do governo como escora. Mas, ao mesmo tempo, não têm como evitar a agudização dos choques internos ao núcleo do poder. A disputa entre o PSDB e o PFL pelo continuísmo deve se acirrar ainda mais.

O lançamento da discussão sobre estabilidade e desenvolvimento econômico é um dos episódios da concorrência interburguesa. O PMDB continua a ser um fiel da balança entre PFL e PSDB. A ala anti-FHC (quercistas etc) se movimenta no sentido de abandonar o barco. O objetivo é deixar de ir a reboque e se apresentar como alternativa. Apóia-se numa vantagem: Itamar Franco pode vir a ser o eixo aglutinador, anteriormente já lançado na reeleição, mas que não teve como cumprir o papel de coesão oposicionista. Sua eleição para governador de Minas e o conflito aberto em torno da moratória estão cumprindo o plano estratégico de uma virada no comando do Estado.

O comprometimento do PFL e PSDB com o plano antinacional e antipopular, frente à bancarrota do Real, agora, facilita um novo realinhamento oposicionista, que não passa pela condução do PT. As negociatas ocorridas em torno das privatizações feriram grandes interesses, a ponto de virem à tona em forma de escândalo de corrupção. E quem está a frente é o PSDB. O PFL procura se resguardar. A CPI dos bancos, antes não desejada, agora, se tornou um meio para afastar as sombras do PFL. As manobras estão dirigidas a tocar apenas no que já está evidenciado pela imprensa burguesa, que teve acesso a fitas comprometedoras. O PSDB acuado tudo faz para mostrar que se tratava de defender os interesses do Estado, portanto, do país. A oposição, por sua vez, pretende que a CPI vá mais além dos porões do Banco Central e toque no governo FHC. Uma vitória nesse objetivo fortaleceria a possibilidade de uma oposição burguesa reaglutinada para as eleições presidenciais, com ou sem antecipação. Tudo dentro da ordem institucional e tudo para assegurá-la contra outra alternativa, que seria a da luta direta das massas em defesa de suas bandeiras próprias.

O POR trabalha contra as duas estratégias de poder burguês. A bandeira de abaixo FHC e Fora FMI deve expres-

sar uma plataforma de reivindicações que oponha os explorados ao governo e ao conjunto dos partidos burgueses e pequeno burgueses reformistas.

A traição das burocracias sindicais Demissões nas montadoras

O acordo de redução do IPI para as montadoras venceu o prazo e as multinacionais ameaçam com novas demissões. A Ford está à frente das ameaças. A burocracia sindical apóia as exigências das multinacionais de subsídio fiscal. Tudo indica que o governo aceitará, uma vez que a taxa de desemprego cresceu e mais demissões em massa poderão obrigar os operários irem ao combate.

Devemos denunciar: 1. Trata-se de subsídio ao grande capital, que tem alta lucratividade; 2. As demissões virão de qualquer maneira, talvez um pouco mais à frente; 3. A luta contra o desemprego deve ser pelos métodos da classe operária e com suas bandeiras (escala móvel); 4. A burocracia é conivente com os capitalistas e seu governo.

Suspensão da greve

A suspensão da greve do metrô e dos condutores mostra bem o papel colaboracionista da burocracia. Fazem parte dela o PT e PCdoB. Bastou que a Justiça do Trabalho ameaçasse e exigisse uma solução legal para os burocratas pararem com a bravata da greve. Em contraposição, verificamos uma disposição de luta das bases, que logo mais voltará a se manifestar. A bandeira de defesa radical das reivindicações dos explorados, do método da ação direta e da unidade dos explorados é trabalhada pelo POR em bloqueio imposto pela burocracia divisionista.

Nacional



A DEMOCRACIA SOCIALISTA (DS) NÃO É MARXISTA (TROTSKISMO)

Olívio Dutra (PT-RS) foi eleito pela Frente Popular (PT/PSB/PCdoB/PCB) e contou com o apoio do PDT no segundo turno, o que foi decisivo para sua vitória.

ADS, que se reivindicava do trotskismo, caracterizou a vitória do PT e da Frente Popular gaúcho como a derrota "não apenas de Britto e FHC mas do bloco histórico das classes dominantes do Rio Grande do Sul" ("Em Tempo", "A vitória da Frente Popular", nº 304, nov/98, p.8). Sob a máxima de "marchar separados, golpear juntos" "PT e PDT combateram o projeto e o governo neoliberal" (idem). E mais adiante conclui: "(...) A esquerda vence eleições regionais sem alianças com partidos capitalistas e/ou com apoio de setores ligados a burguesia" (idem, p.9).

Trotsky denunciou a Frente Popular da França e da Espanha como frentes de conciliação de classes entre explorados e exploradores. Isto porque aliavam o proletariado com setores da burguesia tidas como "progressistas". A DS tenta, então, demonstrar que apesar de ser uma Frente Popular, a aliança do seu candidato não foi com a burguesia. Porém,

isto não se sustenta na realidade.

O PSB, que fez parte orgânica da Frente Popular, é um partido patronal. No mesmo jornal da DS (p. 14, "Uma tática errada") o governo de Miguel Arraes (PSB-PE) é caracterizado como privatista (Bandepe, Celpe), responsável pela repressão policial aos servidores públicos, que favorece a usineiros locais, autor do Programa de Demissões Voluntárias (proposta neoliberal), corrupto (precatórios e utilização da máquina estatal na campanha) e que não se opôs a votação da reeleição. O PSB em Natal/RN possui várias das características do PSB pernambucano. Inclusive, está na prefeitura aliado com o PFL (partido de sustentação do governo neoliberal do PSDB). Como se vê, o PSB é um partido da ordem, burguês e capitalista. Considerar o PSB gaúcho diferente de todos os seus irmãos nacionais seria dizer que ele não é um partido nacional mas regional. O que não é verdade. Além do mais, o título da matéria sugere que a tática de se aliar com Miguel Arraes do PSB foi errada. Exceto se a DS afirmar que quando se elege a tática de aliança com o PSB é correta e quando ele prejudica a eleição é errada - o que demonstraria todo o seu oportunismo - a crítica torna-se estranha.

O PDT, p.9, é caracterizado como socialista: as "lideranças do trabalhismo gaúcho como Brizola (...) foram responsáveis pela unidade do campo popular e SOCIALISTA (...)" grifei, ("Em tempo", nº 304, nov/98). É só virar a página (11) e Brizola passa a ser o repressor truculento e corrupto e o PDT um partido de "perfil gelatinoso": o governador fez acordos "com a banda mais corrupta da Assembléia Legislativa (...) sem falar na truculência dedicada ao movimento sindical nas áreas de educação e

saúde (...)" (idem). E sobre o PDT, na campanha de Anthony Garotinho, "evitou ataques mais contundentes a FHC. Este perfil gelatinoso foi nocivo (...) (pois não criou) uma base firme pra o combate ao governo federal e seu projeto neoliberal. (...) Fim do primeiro turno, a diluição do perfil oposicionista aprofundou-se (...). FHC não considerava o governador eleito do Rio no rol da oposição pra valer, apostando em sua disposição a compor (...)"

O PDT é mais um partido da burguesia. O "perfil gelatinoso" não é só do PDT, mas da DS também. O Brizola em uma folha é o socialista aliado contra os capitalistas, os partidos patronais e o projeto neoliberal. Noutra página, o mesmo Brizola é traçado com perfil de governo dos capitalistas. O Brizola, em comparação ao Anthony Garotinho de perfil gelatinoso, deve ser um homem firme. Não é o mesmo que apoiou Collor e que se inspira no trabalhismo burguês.

Em Natal/RN, o PDT possui entre suas fileiras uma fração da oligarquia dominante burguesa, os Maia. Em São Paulo, capital, aliou-se ao malufismo (PPB) que sustenta a política neoliberal do governo federal. O que leva o projeto populista do PDT possuir em candidato que troca de camisa pelo projeto neoliberal é justamente a estreita fronteira de diferença entre os dois projetos. Ou seja, sua unidade no essencial - a manutenção da exploração capitalista. O PDT tem um perfil claro e determinado. A única "gelatina" aqui é a própria DS.

A DS renega o marxismo-trotskista na prática, aliando-se a frações da burguesia descontentes com a política do governo FHC através da Frente Popular, incapazes então, de combater o essencial do problema brasileiro: o capitalismo.

Contra a fome, todo apoio aos saques!

Terra aos camponeses pobres!

Aliança operário-camponesa!

PT-RS POSSUI POLÍTICA PEQUENO-BURGUESA E DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES

Em entrevista a Veja, de 28/04/99, páginas amarelas, o atual governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra(PT), sintetizou seu pensamento sobre diversos temas importantes para o traço do seu perfil político.

Apoiado pela Democracia Socialista (DS), dentre outras correntes, que se reivindicava do trotskismo, uma comparação das idéias do governador e o seu jornal demonstra a distância entre o legado marxista e as idéias da DS.

OLÍVIO DUTRA (PT-RS): CRISTÃO, MAS MARXISTA?!

Perguntado pela Veja se "permanece um socialista convicto", Olívio Dutra responde: "sou um cristão marxista".

O marxismo é inconciliável com a religião. O catolicismo, no caso, utiliza-se da fé supersticiosa em um Deus para confortar as massas proletárias na exploração capitalista. Prega o pacifismo e a renegação conformista diante da violência policial e militar da burguesia. Quando não age diretamente na defesa da sociedade burguesa, afirmando a santidade da propriedade privada ou apoiando golpes militares anti-comunistas, como no Brasil em 64. A Igreja Católica tem marcada em sua história o combate sem trégua ao marxismo.

O marxismo é o domínio das leis da história e da natureza. E, deste modo, diametralmente contrário a religião. Com a consciência das leis sociais e o controle da produção, os homens percebem-se como sujeitos ativos da natureza. Deus é criação da cabeça dos homens. Dominados pelas leis do desenvolvimento capitalistas, as crises resultantes da sua anarquia na produção, aparentam ser inexplicáveis ou independentes da ação humana. Somos dominados pelas coisas (fetichismo da mercadoria) na vida prática e trazemos esta concepção para a vida ideológica (Deus).

Tomando o poder da burguesia e controlando a produção, o proletariado por fim à religião.

Continuando a entrevista, a Veja pergunta: "Mas como seria possível implantar o regime socialista no Brasil?" E, para surpresa de alguns e do repórter, Olívio Dutra responde: "Não tenho essa preocupação".

Considerando que o sistema capitalista é responsável pela miséria, opressão, fome e desemprego do proletariado, e que somente a sociedade socialista pode resolver os problemas sociais, políticos e econômicos em favorecimento dos assalariados; a preocupação primeira de todo marxista revolucionário é de como dirigir as massas para a tomada do poder, a derrubada da burguesia. Conseqüentemente, a implantação da ditadura do proletariado, ou seja, a sociedade de

transição ao socialismo.

O capitalismo é o sistema que favorece a burguesia. O povo explorado deve apear a burguesia do poder através da luta armada de massas e dirigir o Estado Operário até a primeira fase do comunismo (socialismo). O Estado Operário conquistado pela insurreição armada das massas é uma sociedade que favorece ao proletariado, pois é o próprio, organizado como classe dominante. O socialismo por fim as classes sociais. Só então podemos falar de beneficiamento de todos.

O governador gaúcho não pode dizer nada disso porque sua política é pequeno-burguesa e não operária, proletária. Ou seja, pacifista, é contrária ao marxismo. Em relação à postura do MST favorável a luta armada, o petista de "esquerda" responde: "Essa pergunta não tem cabimento! (...) Isso é um entulho autoritário que está na cabeça das pessoas. (...) Você não precisa concordar com tudo aquilo que propõe o MST. "

Esta pergunta não tem cabimento para o governador gaúcho porque ele não coloca a questão da tomada do poder da burguesia pelo proletariado.

Apesar do petista gaúcho assumir que não é um bom marxista - o que se percebe logo que é verdade -, entretanto erra no motivo. Olívio Dutra não é um bom marxista não porque não leu todo O Capital como afirma, mas por causa da sua política reformista.

A POLÍTICA DE DUTRA (PT) É PEQUENO-BURGUESA E DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES

A política pequeno-burguesa caracteriza-se no plano econômico em tentar harmonizar a convivência entre os pequenos e grandes capitalistas. Esta é uma política também denominada de social-democrática. Cria a ilusão na possibilidade de construir um país de maioria de pequenos e médios proprietários. No plano político, leva à conciliação com a classe exploradora pregando um Estado mediador dos conflitos. Um Estado diplomático. O objetivo é alcançar o meio-termo, o ponto de equilíbrio.

O gaúcho do Rio Grande do Sul possui uma política pequeno-burguesa na economia. Perguntado pela VEJA sobre a questão da FORD e GM, a revista conclui: "O senhor é contra a política de incentivos?"

Ao invés de denunciar o caráter de classes do Estado, inclusive favorecendo os capitalistas concedendo verbas retiradas da exploração dos operários para as indústrias deles. Olívio Dutra (PT-RS) responde negativamente e termina: "Não é nossa intenção afugentar ninguém: essas montadoras podem e devem ficar no Rio Grande do Sul. Precisamos de um projeto de desenvolvimento (...) que possibilite a presença desses megainvestimentos sem que isto implique a destruição dos micros

e médios empreendedores (...)".

A grande empresa capitalista sobrevive engolindo as pequenas e médias empresas. É a lei do mercado capitalista. Não há como ser diferente, conciliar. Mas veja o que o governador quer: "Nós queremos justamente é que os pequenos se tornem grandes." Ele não quer apenas conciliar os pequenos e médios capitalistas com os grandes. Mas tornar todos grandes capitalistas.

O marxismo propõe um Estado de trabalhadores através da tomada do controle das indústrias nas mãos da burguesia. Ou seja, a socialização dos meios de produção. Assim, funda-se o fundamento de classe da burguesia (a propriedade privada das indústrias) e ergue-se um Estado de trabalhadores. Vê-se que o "marxista" cristão reverteu a luta. O objetivo é tornar TODOS CAPITALISTAS!!!!

A conciliação de classes da Frente Popular gaúcha fica evidente quando a Veja pergunta: "(...) Se chamada por um proprietário que teve suas terras invadidas, a polícia do governador do Rio Grande do Sul entrará em ação? Olívio - Sim (!?!), nas situações limites (sic!) ela entrará em ação (...)." Mas de que lado? "(...) Nossa política é respeitar os movimentos, bem como os outros lados envolvidos no problema agrário (...)". O Estado entrará em ação para mediar o conflito objetivando evitar o confronto e encontrar uma saída respeitável para ambos os lados envolvidos no conflito agrário.

O governador do Rio Grande do Sul Olívio Dutra (PT), que a DS caracteriza como um governado de esquerda, favorável aos trabalhadores, deseja tornar todos em capitalistas e conciliar a burguesia com os camponeses-operários. Deste modo, fica claro que ele é, sem soma de dúvidas, um cristão. Mas, já um marxista, está bem longe.

Nacional



Professores - SP: Chapa 2, Oposição Revolucionária, faz campanha pelo programa

O POR participa das eleições da Apeoesp compondo uma frente com independentes que atuam no movimento. Faz parte da chapa 2: Oposição Revolucionária. Essa chapa frentista se assenta sob a base da defesa de um programa revolucionário para responder a profunda crise que atravessa o país e os trabalhadores em geral. Tem como centro de sua campanha a defesa das reivindicações históricas dos trabalhadores da educação: aposentadoria especial, redução da jornada de trabalho sem redução do salário, piso salarial calculado sob a base das necessidades vitais, diminuição do número de alunos por sala, estabilidade no emprego, emprego a todos, contratação imediata dos demitidos, defesa do ensino público, gratuito, laico e cien-

tífico a toda a população e em todos os níveis. Por outro lado, esse programa está sob a base dos princípios classistas de um sindicato de luta contra o Estado e o sistema econômico que o sustenta. Daí a defesa da democracia operária, do método da ação direta e da unidade dos trabalhadores, do rechaço à burocracia sindical. O internacionalismo proletário se constitui no eixo de todo o programa.

Não foi possível a unidade frentista com outras correntes políticas, a exemplo do PSTU e LOI. Isso por que o PSTU se juntou com uma ala petista e adaptou-se ao programa do reformismo. A LOI, com a qual o POR realizou várias reuniões, acabou negando os princípios revolucionários, como a ação direta, democracia operária, sindicato como instrumento da luta de classe etc, para se aliar a um setor pequeno-burguês acadêmico. Setor esse que vem combatendo as idéias do POR no movimento dos professores. E a necessidade de construção do partido revolucionário. Um setor que também rompeu com o oportunismo da LOI, que é o Coletivo dos Trabalhadores, não compreendeu a importância de formar uma chapa sob a base de um pro-

grama revolucionário. Uma parte do Coletivo se isolou, defendendo que não deveria lançar a chapa. Outra teve uma atitude firme de resistência às manobras liquidacionistas do programa pela LOI e seus aliados acadêmicos.

A constituição da chapa 2 foi uma vitória das idéias programáticas. A campanha eleitoral está sendo feita com o programa e a carta de princípios. Chamamos os companheiros a discutir as idéias contidas nesses documentos. Para a Chapa 2, o processo eleitoral é um dos momentos de propaganda das idéias revolucionárias. Nesse sentido, o POR tem como tarefa a formação de uma fração revolucionária para intervir no movimento dos educadores e constituir uma verdadeira direção. Por isso, rechaça o exitismo e o eleitoralismo sindicalista. A constituição de uma direção revolucionária é um processo de amadurecimento político da vanguarda e da classe por intermédio da luta de classes e da compreensão do programa. A luta aparelhista no sindicato, travada tipicamente pela burocracia oficialista, pela chamada "renovação" e pelo oportunismo oportunista, não conduz à constituição de uma direção classista.

FFLCH/USP:

A autonomia dos Centros Acadêmicos ameaçada:

Diretor da FFLCH quer 30% de tudo o que for arrecadado pelos CAs

Reproduzimos abaixo boletim Na Letra da Luta de maio/99:

**Aos alunos da História,
Geografia, Filosofia,
Ciências Sociais e
Letras:**

Os centros acadêmicos estão sob uma grave ameaça. O diretor da FFLCH, Francis Aubert, está numa ofensiva para tomar para a administração da faculdade os espaços dos CAs. Apresentou uma proposta de contrato que estabelece:

1) Os espaços passam a ser uma concessão da administração aos CAs, e só podem ser utilizados para as atividades determinadas por ela. É um retrocesso em relação à legislação estadual, que prevê a obrigatoriedade da cessão de

espaço às entidades estudantis, sem as condições que o diretor pretende impor. Se isso tiver o aceite dos CAs, então será a perda da autonomia sobre o uso do espaço.

2) A cessão dos espaços deixa de ser atribuição dos CAs e passa a ser gerida pela direção da faculdade. As licitações para xerox, lanchonete etc. ficarão sob seu controle. Dessa forma, na verdade, os CAs passariam a ter seus recursos controlados totalmente pela administração.

3) De todo o dinheiro arrecadado com aluguéis de xerox, lanchonetes etc. a administração ficaria com 30%. É uma forma de taxar indiretamente os alunos. E será a perda da autonomia financeira dos CAs, que passarão a depender das boas graças da direção da faculdade. Ou ficam bem bonzinhos ou não terão um tostão.

4) O espaço do CA pode ser tomado de volta a qualquer momento, sem prévio aviso e sem nenhuma indenização. É uma espécie de arma contra qualquer tentativa de desobediência dos CAs. Condiciona o uso do espaço à boa convivência com a diretoria.

Existe ainda a proposta de centralizar todas as seções de alunos na História (porque tem bastante espaço para as gigantescas filas que certamente se formarão), proposta ligada à de imposição do ano básico, que já está em vigor na Letras, para toda a FFLCH.

Sabemos que há muito descontentamento dos alunos com os CAs, compartilhado em boa parte por nós, do "Na Letra da Luta". Mas não podemos deixar que a diretoria da faculdade passe a controlar os CAs. O perigo está em que Francis Aubert já conseguiu convencer uma parte dos diretores de CAs a aderirem à sua proposta. Consideramos a entrega do espaço dos CAs à burocracia universitária uma verdadeira traição aos estudantes. Não aceitamos os conchavos com a diretoria. Que se convoquem assembleias em todos os cursos para uma tomada de posição democrática pelos estudantes a respeito.

Pela autonomia e independência política, financeira e organizativa dos CAs!

Por CAs democráticos e de luta pelas reivindicações dos estudantes!



Propostas da Corrente Proletária Estudantil ao Congresso da UNE/1999

O próximo Congresso da UNE acontecerá em meio a uma situação política marcada pelo aprofundamento da crise capitalista, da crise política e dos ataques governamentais à educação em toda linha. É preciso dar uma resposta de luta a essa conjuntura, o que não será feito a partir de campanhas eleitoreiras ou pressão parlamentar. Por isso, estamos chamando os estudantes a formar uma oposição de verdade à linha reformista, a se colocarem por um programa de combate, oposto à linha conciliadora/reformista da atual direção majoritária e também à linha da oposição oportunista, que prega a unidade a qualquer preço contra o PCdoB, mas ignora o programa (prova disso é o acordo por consenso da grande maioria das propostas apresentadas no Congresso da UEE/SP pela oposição e direção).

Os principais pontos que defendemos para estabelecer uma verdadeira oposição, que construa uma direção de luta e democrática, são:

Nacional

1 - Abaixo FHC e Fora o FMI. Greve Geral para derrotar o plano antinacional e antipopular. Frente Única Antiimperialista.

O plano expressa as pressões do capital financeiro internacional (imperialismo). Diante da crise de superprodução, os países desenvolvidos (imperialistas) pressionam a maioria das nações a aplicarem planos econômicos que beneficiam as multinacionais e o capital financeiro internacional.

As chamadas reformas neoliberais expressam dois objetivos: a abertura do mercado às multinacionais e a criação de condições para o sustento do parasitismo financeiro. Todo o palavreado burguês de defesa da "globalização" etc. é uma cortina de fumaça para alcançá-los. A abertura de mercado é unilateral, em benefício imperialista. As privatizações ampliam a dependência nacional. O corte de investimentos públicos e de orçamentos da saúde, educação, previdência etc. servem para pagar os parasitas das dívidas públicas. É o mesmo motivo que leva ao congelamento salarial e demissões do funcionalismo.

As conseqüências da aplicação desse plano recaem sobre as massas: arrocho salarial, desemprego, a destruição e privatização dos serviços sociais públicos (saúde, educação, previdência etc.).

O plano de FHC deve ser combatido no seu conjunto. Trata-se de um plano implantado de forma centralizada a partir do Estado. A força necessária para combatê-lo está na luta unitária e nacional de massa. Uma luta que se contrapõe ao governo, à burguesia e ao imperialismo. O Brasil é um país atrasado e oprimido, dada a sua formação histórica. Por isso, coloca-se a necessidade da construção de

uma frente única antiimperialista, que só pode se constituir como tal unindo todos os setores oprimidos pelo imperialismo sob a direção do proletariado. Tal frente necessariamente se confrontará com a burguesia nacional submissa e ligada ao imperialismo, por isso a luta antiimperialista adquire necessariamente um caráter anticapitalista, levando à revolução social.

O movimento estudantil não deve se colocar pelas posições de mera oposição eleitoral ao governo, sejam traduzidas nas bandeiras de "Basta" ou "Chega" de FHC, que pretende apenas propagandear a idéia de que se deve votar melhor nas próximas eleições e pressionar pela mudança da política econômica do governo atual, sejam colocadas pelo "Fora FHC", que reivindica realização de eleições imediatas, na verdade um pretenso repeteco da campanha "Fora Collor". Nada de estimular as ilusões eleitorais. Nas eleições, prevalece o poder econômico e as massas são arrastadas a apoiarem seus algozes. O método para combater o governo FHC é com a ação direta, as greves, bloqueios de ruas, ocupações etc. colocando-se pela derrubada integral de seu plano antinacional e antipopular. É a partir da luta pelas suas próprias reivindicações imediatas, que se chocam com o plano de fome e entrega nacional, que as massas tomarão em suas próprias mãos a tarefa de combater o governo.

2 - Contra a corrupção e os crimes de classe da burguesia, nada de ficar a reboque das CPIs fajutas, defesa dos Tribunais Populares para julgar e punir de verdade.

A corrupção é parte constitutiva do Estado capitalista. Não há lugar no mundo onde exista capitalismo e não exista corrupção. Em momentos de calmaria econômica e política, os capitalistas se encobrem uns aos outros, escondendo suas negociatas das massas exploradas. Quando a crise econômica se impõe e agudiza a crise política, então as denúncias de corrupção servem como elementos de disputa e barganha entre os grupos de exploradores. Resolvida momentaneamente a questão, passa-se uma borracha em tudo, confere-se atestado de honestidade aos bandidos e tudo volta como antes.

As CPIs têm sido muito utilizadas nessas negociatas. São um meio de apresentar à população uma aparência de justiça, mas na prática são os mesmos bandidos que fazem o papel de réu e juiz simultaneamente. A burguesia jamais julgará a si mesma. Somente as massas organizadas e mobilizadas é que podem fazê-lo, formando tribunais populares a partir da eleição de representantes em assembleias e plenárias de base, e apurando, julgando e aplicando a pena à burguesia corrupta.

O mesmo pode ser dito da punição aos massacres de sem-terra e sem-teto. Os tribunais burgueses, formados por indicação da mesma burguesia assassina de

camponeses pobres, jamais julgará a seus parentes e patrões. O movimento estudantil não deve se colocar a reboque das CPIs, mas denunciá-las e trabalhar a idéia dos Tribunais Populares.

3 - Pela aliança operário-camponesa-estudantil. Fim do latifúndio, terra aos camponeses pobres. Defesa das ocupações de terra. Apoio aos saques.

A questão da terra tem importância central no Brasil. O latifúndio é um obstáculo ao desenvolvimento da economia agropecuária. Os milhões de camponeses pobres arrancados de suas terras são uma força revolucionária, que para se realizar depende do apoio do movimento operário nas cidades. O movimento estudantil não fica à margem desse processo, ou apóia os sem-terra ou permite que o atraso se perpetue no país.

O método para resolver a questão da terra é o das ocupações com resistência. A autodefesa é o meio para se enfrentar a repressão latifundiária/policial/paramilitar. O apoio às ocupações e à autodefesa, e a luta política contra a repressão burguesa são tarefas do movimento estudantil em todos os níveis.

Os saques de alimentos no nordeste são conseqüência da elevação brutal da miséria. Enquanto milhões passam fome, o governo ajuda especuladores a manter estoques de alimentos apodrecendo diante dos olhos dos famintos. Os saques são a forma de resolver essa contradição, e devemos apoiá-los incondicionalmente. Restringir quais saques podem ser apoiados é agir favoravelmente aos especuladores e ao governo, limitando a possibilidade de ação pela sobrevivência dos camponeses pobres.

4 - Defesa das reivindicações das massas.

- Salário Mínimo Real (hoje em torno de 1800 reais), reposição de todas

Educação



as perdas e escala móvel de salários.

- Fim do desemprego: estabilidade no emprego para todos, redução da jornada de trabalho sem redução de salários, divisão do trabalho disponível entre todos os aptos a trabalhar (escala móvel das horas de trabalho).

- Terra para quem nela mora e trabalha (aos sem-teto e sem-terra). Fim do latifúndio. Em defesa das ocupações de terra. Pela autodefesa. Fim das perseguições às lideranças. Pela aliança operário-camponesa.

- Fim das privatizações. Reestatização das já estatizadas, sob controle operário.

- Abaixo os impostos sobre os assalariados. Que somente os capitalistas paguem imposto. Fim dos subsídios aos bancos. Estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores.

- Não pagamento da dívida externa. Rompimento com o imperialismo. Fora com a Alca e o Mercosul.

- Fim dos segredos comerciais de todas as empresas. Abertura de todos os livros contábeis. Controle operário da produção.

- Abaixo a reforma da previdência. Pela aposentadoria por tempo de serviço.

- Abaixo o sucateamento da saúde. Mais verbas para a saúde pública. Estatização da rede privada, sob controle dos trabalhadores.

- Abaixo a reforma privatista e destruidora da educação. Mais verbas para a educação. Fim do ensino privado. Fim dos vestibulares. Livre acesso para todos. Estatização da rede particular sob controle da comunidade.

- Abaixo o plano antinacional e antipopular de FHC. Organizar a luta nacional e unitária de massa para combater o plano e o governo. Greve Geral por tempo indeterminado.

Os estudantes estão inseridos numa sociedade dividida em classes sociais em luta. O destino da educação está indissolivelmente ligado ao que acontece nessa sociedade. A defesa da educação é inseparável das lutas dos oprimidos. As entidades es-

tudantis devem impulsionar as mobilizações operárias, populares e camponesas. Colocado em andamento, esse movimento colocará a necessidade da destruição do sistema de exploração do trabalho e apontará para a revolução proletária.

Educação

1 - Combate às reformas educacionais dos governos. Rechaço à LDB, PNE, PECs privatizantes, ao Provão, ao Fundef e ao Creduc.

A educação no Brasil sofre as consequências da aplicação do plano antinacional e antipopular de FHC, ditado pelos organismos internacionais (Banco Mundial etc.).

As reformas do ensino, aplicadas em todos os estados da federação, ainda que com particularidades e ritmos distintos, expressam a necessidade dos estados em se desresponsabilizar do ensino superior, reduzir o ensino médio e limitar o ensino público ao nível básico. A redução de gastos é voltada à manutenção do agigantado parasitismo financeiro, alicerce e calcanhar de aquiles do plano econômico.

Ao mesmo tempo, pretende-se a privatização. Tornar o ensino público superior em mercado a ser explorado por capitalistas. O sucateamento, a imposição de cotas, taxas, mensalidades e mudanças dos vestibulares e currículos seguem essa diretriz.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) cria as condições legais para a aplicação das diretrizes ditadas pelos organismos internacionais. O Plano Nacional da Educação (PNE) expressa os objetivos do governo em relação à educação. A PEC 370 é um mecanismo para a introdução da privatização. O Fundef e o Provão são mecanismos de rearranjo de verbas e municipalização, passo necessário rumo à privatização. O Creduc é uma corda no pescoço dos estudantes trabalhadores, parasitando-lhes o salário. Todos estes instrumentos são privatistas e destruidores do ensino público e da educação em geral. Não podem ser remendados, e sim combatidos de conjunto.

Quem se coloca por remendá-los acaba colaborando para que permaneçam, ajudando os governos em suas metas destruidoras da educação e privatistas.

2 - Pela paralisação de todas as reformas curriculares, que têm servido para adaptar os cursos à falta de verbas, até que os estudantes tomem posição a respeito.

Na universidade pública, a aplicação das diretrizes neoliberais têm levado à deterioração do ensino. A redução do número de professores é um dos sintomas desse problema. Os professores são levados à aposentadoria precoce (por causa da reforma da previdência) ou à migração para as escolas particulares (pelo arrocho salarial). Os que restam ainda sofrerão com o arrocho e a tal da "reengenharia" que obrigará especialistas a cobrirem as aulas de outras áreas, fazendo despencar a qualidade do ensino e da pesquisa numa só tacada. As reformas curriculares em andamento mostram que se

pretende adaptar os cursos à falta de professores. O combate ao sucateamento da universidade tem se expressado na mobilização de um setor em defesa da contratação de professores, por vagas para todos nas disciplinas, congelamento das reformas curriculares e mais verbas para a universidade.

3 - Pelo fim do ensino privado. Fim de qualquer subsídio estatal ao ensino pago e religioso. Estatização de todas as escolas pagas sob controle da comunidade universitária. Fim dos vestibulares. Vagas para todos.

O ensino público sofre com a concorrência do ensino privado. A existência de um se choca com o outro. Os capitalistas que exploram a educação lutam para ampliar cada vez mais seu mercado, crescendo contra a universidade pública, como tem acontecido nos últimos anos. A defesa do ensino público só pode ser conseqüente juntamente à luta pelo fim do ensino privado. Para tanto, é necessário a estatização das escolas privadas, sob controle da comunidade universitária. O fim dos vestibulares é uma bandeira que é parte da luta pelo fim do ensino privado, porque os exames excludentes alimentam o mercado das escolas privadas.

O ensino religioso e a influência das Igrejas sobre a educação alimentam o obscurantismo e a mediocridade anticientífica. E contribuem para a preservação do ensino pago.

Os governos destinam uma parte dos recursos públicos às escolas privadas e religiosas. Não há verbas para contratar professores, mas há dinheiro para dar aos capitalistas e padres. Lutamos pelo fim de qualquer subsídio estatal ao ensino pago e religioso.

O livre acesso ao ensino superior a todos é uma reivindicação democrática que depende da luta à morte contra o ensino privado e pelo fim da ingerência das Igrejas sobre a educação.

4 - Fim das parcerias com as empresas privadas. Universidade financiada exclusivamente pelo estado. Verbas públicas de acordo com as necessidades das universidades.

A educação deve ser garantida a todos pelo Estado, como um direito democrático. Quem deve dizer qual a verba necessária para o sustento do ensino e pesquisa é a comunidade universitária. Em respeito à real autonomia universitária, não cabe ao Estado nenhuma ingerência na formulação do orçamento da universidade. Todas as reivindicações de defesa de mais verbas para a universidade devem estar ligadas a esse objetivo: que o Estado sustente a universidade de acordo com as reais necessidades, que só podem ser estabelecidas pelos estudantes, professores e funcionários.

5 - Pela real Autonomia Universitária. Abaixo a burocracia universitária. Soberania da assembléia universitária (alunos, professores e funcionários). Governo universitário tripartite, subordinado à assembléia universitária. Eleição de



todos os cargos de forma direta e universal, e com revogabilidade de mandato. Nenhuma ingerência externa dos governos ou dos capitalistas sobre a universidade. Universidade ao lado dos explorados contra os exploradores e seus governos. Livre acesso ao campus. Fora a PM e guarda da universidade.

O domínio da burocracia universitária sobre as verbas leva à distribuição discriminada dos recursos, de acordo com os interesses capitalistas. Os cursos mais ligados à produção e tecnologia são favorecidos em detrimento das ciências humanas, por exemplo. Nos momentos de crise, essa diferenciação se destaca, pela inviabilização de alguns cursos. É mais uma mostra do papel reacionário da burocracia que domina a universidade.

6 - Pelo ensino público, gratuito, laico, único, vinculado à produção social.

A crise na educação é consequência do domínio dos capitalistas sobre ela. Como parte da superestrutura estatal, a educação é manejada pelos governos de acordo com as necessidades capitalistas de exploração do trabalho. Uma de suas características é a separação entre o trabalho manual e intelectual. Em sua forma atual, a educação é mais uma trava para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, que não podem ser aplicadas em larga escala à produção sob o capitalismo. A educação só pode ser plena com a unidade entre o fazer e o pensar. Por isso defendemos a educação ligada à produção social. Para sua efetivação plena, depende da destruição do capitalismo e implantação do socialismo.

7 - Defesa da assistência estudantil

A linha governista de cortes de verbas é desfechada de várias formas, conjuntamente: a destruição da assistência estudantil é acompanhada de privatização. Os aumentos de preços de bandeijões, restrições à moradia e assistência médico-odontológica, sucateamento da frota de circulares, cobrança de todo tipo de taxas, tudo isso joga em favor da privatização.

Movimento Estudantil

1 - Pela democracia na UNE e UEE. Construir novas direções para o movimento estudantil, baseadas no programa revolucionário, no método da ação direta, defensoras da democracia estudantil, da independência política (de classe) diante da burocracia, dos governos, dos partidos e organizações capitalistas. Fim do eleitoralismo.

As mobilizações estudantis do último período mostram que os estudantes estão dispostos a agir em defesa de suas reivindicações. Mas essas lutas têm acontecido de forma fragmentada, isoladas, divididas e sem uma perspectiva de unificação. Destaca-se no último período a greve nacional dos professores das federais, que colocou a possibilidade de quebra do congelamento salarial, um dos pilares do plano de fome de FHC, e que contou com uma política de quebra do movimento da parte

da direção nacional da UNE, que se negou a colocar a unificação dos estudantes ao movimento. E ainda, a atual linha seguidista e colaboracionista de bajulação aos setores descontentes da burguesia (Itamar Franco, por exemplo).

O motivo da grande separação entre as entidades gerais e as bases está na política das direções majoritárias do movimento. As direções das organizações estudantis estão sob o controle de correntes reformistas, que não têm um programa de destruição do capitalismo, por isso não se apóiam na mobilização permanente e sistemática dos estudantes, mas nas pressões parlamentares, nas campanhas eleitorais, nas negociações de cúpula etc. A contradição entre os interesses imediatos dos estudantes e a política da direção faz com que esta atue no sentido de evitar a ampla participação estudantil, que mudaria a UNE e UEE, desde sua política até suas direções, acabando com o burocratismo conciliador.

O programa revolucionário no movimento estudantil tem que partir da defesa da destruição revolucionária do capitalismo, da aliança operário-estudantil e da defesa das reivindicações imediatas e democráticas dos estudantes e da comunidade universitária como parte do programa de reivindicações transitórias que leva as massas, por sua própria experiência, a concluir na necessidade do socialismo.

Esse programa é expressão consciente das tendências instintivas de luta, por isso se apoiará nas assembleias, na democracia estudantil, na proporcionalidade e livre expressão das correntes políticas, nos congressos de luta e de base, em direções saídas desses congressos e comprometidas com o programa aprovado, em estatutos democráticos etc.

O movimento estudantil não pode se limitar aos muros da universidade. A política de destruição do ensino não poderá ser derrotada sem que nossas lutas se projetem para a sociedade, como parte da luta dos explorados contra os exploradores e seus governos. Os métodos de luta que privilegiamos são os da ação direta das massas. A utilização de outros métodos de luta está sempre subordinada à ação direta.

O movimento estudantil deve lutar para estabelecer a aliança operário-estudantil. Esta não depende exclusivamente da vontade dos estudantes, mas do movimento operário. As atuais direções do movimento operário, em sua maioria reformistas, negam-se a chamar essa aliança. É necessário que o movimento operário mude suas direções, avance para as posições revolucionárias, para constituir a aliança operário-estudantil.

2 - Meia-entrada para todos os estudantes e a juventude. Fim do vínculo da carteirinha da UNE com a meia-entrada. Que a UNE seja sustentada pela contribuição voluntária dos estudantes e por campanhas financeiras independentes.

A independência política, econômica e organizativa tem de ser defendida como princípio do movimento estudantil. Quando as entidades estudantis realizaram

acordos com os governos estaduais e federal a fim de vincular a meia-entrada à carteirinha da UNE, quebraram esse princípio, porque as entidades passaram a depender economicamente desses acordos, e não do apoio dos estudantes. Por isso é preciso combater sem meios-termos esse vínculo espúrio entre as entidades e os governos, que cria as condições materiais para o gigantesco burocratismo presente em nossas organizações gerais. A meia-entrada deve ser defendida como direito geral dos estudantes. As entidades devem sobreviver das contribuições espontâneas dos estudantes e das campanhas financeiras que realizem. Têm de ser dependentes dos estudantes e não dos governos.

3 - Trabalhar pela unidade das lutas que têm ocorrido. Construir comitês de mobilização, em que os estudantes de base possam quebrar o bloqueio imposto pelas direções.

Nem é preciso listar a grande quantidade de mobilizações que vêm ocorrendo. Trata-se de unificá-las. A formação de comitês de luta estaduais, de faculdades públicas e privadas, é um caminho para isso.

4 - Por Congressos com ampla participação de base. Privilegiar a escolha dos delegados em assembleias. Quorum da eleição de delegados de acordo com o estatuto da entidade de base, respeitando suas particularidades. Proporcionalidade sem restrições na composição das direções e funcionamento colegiado.

A eleição de delegados de base em assembleias deve ser facilitada. O quorum atual não leva em conta a existência de um grande número de alunos-fantasma, que inviabilizam a eleição em assembleia. Esse quorum elevado é um estímulo às falcatruas nas eleições de delegados, como a passada de listas em outras atividades, fraudes etc. A pressão dos estudantes mobilizados é a maior arma contra a manipulação.

A composição das direções deve ser feita com proporcionalidade total e de forma colegiada.



Movimento estudantil e ensino privado

É extraordinária a adaptação da quase totalidade das direções estudantis ao sistema privado de ensino. Admitem a coexistência do público e privado. Na realidade, a escola pública está sendo destruída pelo governo em favor da proliferação do ensino pago. Ao não se lutar pelo fim da mercantilização da educação, a bandeira do ensino público deixa de ter força para a mobilização social contra a reforma neoliberal, ditada pelo imperialismo e financiada pelo Banco Mundial.

Quase sempre, as direções reformistas e estalinistas (PT e PCdoB) argumentam que não há condições para estatizar todo ensino e que por isso se trata de defender apenas a ampliação do ensino público. Os centristas geralmente são omisso ou fazem demagogia em torno da escola pública. O resultado é que cresce a máquina particular, principalmente no grau universitário, enquanto que a Universidade pública fica para trás e está sendo gradualmente extinta.

A defesa da desapropriação do sistema particular, estatização geral e controle da educação por estudantes e trabalhadores é um passo necessário para se defender a educação da decomposição do sistema capitalista de exploração do trabalho.

A farsa da avaliação do Ministério da Educação

O ministro Paulo Renato, para acobertar sua ofensiva contra o ensino público,

inventou o tal do Provão, que avaliaria tanto as públicas quanto as privadas. Os resultados já eram esperados: algumas particulares foram reprovadas e também algumas públicas. Procurou-se dar uma imagem de escândalo quanto à qualidade geral. E para quê? Para justificar a reforma neoliberal, que liquida as públicas e reforça as particulares, em torno das quais se almeja criar o mito de maior eficiência e maiores possibilidades de qualificação.

A verdade é bem outra. O sistema capitalista em decomposição não necessita de escola com qualidade, que quer dizer científica, ligada à produção e à transformação social. Os conhecimentos necessários aos capitalistas são monopólios das multinacionais, das grandes corporações. Estas têm seus laboratórios ligados aos interesses produtivos. Via de regra, as Universidades estão fora dessa realidade e servem apenas para um nível de qualificação mecânica e medíocre, que também está de acordo com as necessidades do capital.

A idéia de qualidade e eficiência diz respeito apenas a como ampliar a mercantilização do ensino. O que é bom apenas para os empresários da educação, que fazem de seus estabelecimento de ensino um feudo e do ensino ministrado um cabresto para o servilismo.

É preciso rechaçar toda essa farsa burguesa da avaliação e da escola com qualidade. Nossa bandeira é da escola científica, vinculada à produção social, pública, laica e gratuita. Por isso, faz parte de um programa antiimperialista e anticapitalista.

Mais um episódio da relação da escola privada com o governo

Em função da reforma fiscal, cujo objetivo é arrecadar mais dinheiro para pagar os credores internacionais, o governo resolveu retirar a isenção das instituições chamadas filantrópicas. Grande parte delas é de propriedade das Igrejas, incluindo escolas, hospitais, associações etc.

Segundo o governo, a renúncia fiscal com as "filantrópicas" é de mais de 3 bilhões de Reais. Estas

responderam que prestam serviços gratuitos para uma parcela "carente", enquanto outra abastada paga. Portanto, não visam lucro. É claro que não estão dispostas a abrirem de fato seus livros de contabilidade.

Eis a situação: as tais das filantrópicas servem a interesses particulares das Igrejas, que como tais se utilizam da pobreza (filantropia) para subsistirem à sombra do Estado e de toda sociedade. E o Estado pretende que estas sigam a lei de mercado pagando impostos, de forma a contribuir com recursos em favor dos credores internacionais.

Ao se desvendar tal relação, vemos que nem os interesses da Igreja e nem do Estado burguês têm a ver com a necessidade dos trabalhadores. A filantropia é uma forma de desviar dinheiro público para as particulares e de esmolação àquelas que trabalharam a vida toda e nada têm, ou que estão recebendo um salário de fome, ou que estão desempregados etc.

Nenhum trabalhador consciente deve defender filantropia, pois é o mesmo que defender o subsídio público aos capitalistas e a esmola. Na educação, a filantropia significa que o capitalismo não pode assegurar ensino para a grande maioria explorada. Um ínfima minoria recebe bolsa "filantrópica", de forma a isentar os negócios particulares das Igrejas, cuja função é de servir ideologicamente ao amo capitalista.

Nossa bandeira é de expropriação de todo e qualquer sistema de serviço social, estatização sobre o controle dos trabalhadores, como parte da luta pelo controle geral da economia pela classe operária e demais trabalhadores.

Bandeiras que o POR defende para a educação

Ensino público, gratuito, laico e científico em todos os níveis

Expropriação de todo sistema de ensino particular sem indenização

Sistema único de ensino sob o controle dos trabalhadores

Escola enraizada na produção social

Nenhum estudante fora da escola.

Educação



Lutar pelo Ensino Público Gratuito Contra a Municipalização

Uma manifestação de alunos, professores, funcionários e de moradores de diversos bairros parou a cidade de Guarulhos durante todo o dia 19 de maio. O motivo foi a luta contra a municipalização do ensino, que está sendo encaminhado pelo prefeito e pelos vereadores.

Esta manifestação expressa uma insatisfação da população de Guarulhos, que há anos vem sofrendo com as experiências educacionais, servindo como cobaia em nível estadual.

As escolas do estado, desde as fronteiras com os municípios vizinhos até o centro, encontram-se desmobilizadas, desestruturadas; a passividade do povo guarulhense chegou ao fim, e saíram às ruas pedindo a não municipalização do ensino estadual. A população, através das experiências nas outras cidades, sabe que com o passar do tempo as prefeituras não terão verbas para sustentá-las

(vemos diariamente cortes de verbas federais e estaduais ao município destinadas à saúde e educação, desviadas para o pagamento dos especuladores internos e externos) e que fatalmente levará para a parceria com empresas e finalmente para a privatização do ensino.

O PT e os partidos que o apóiam transformaram o ato apenas numa forma de pressão para que vereadores e o prefeito assumissem a responsabilidade caso o ensino fosse privatizado. Ao mesmo tempo utilizaram o ato para propaganda eleitoral, visando às próximas eleições municipais. Devemos deixar claro que se queremos lutar contra a municipalização/privatização do ensino deveremos nos organizar em cada escola, em cada bairro, fazendo manifestações cada vez mais amplas e contando com o apoio dos sindicatos operários.

A população, que em sua maioria

vive em condições de desemprego, falta de escola e de universidades públicas deve continuar se organizando nos bairros, se unificando a movimentos como o Comitê de Ação Popular. Os grêmios estudantis, assim como os alunos das FIGs (Centro e Vila Rosália) e da UNG devem se organizar num comitê de luta e também participem desta luta em defesa da educação, levando ao movimento a necessidade da luta pelo ensino público, único, laico e gratuito, integrado à produção social.

Educação

Por que construir o POR

Há uma infinidade de correntes políticas que se reivindicam da luta anticapitalista e se proclamam socialistas. Entretanto carecem do programa proletário, que tenha por estratégia a revolução e a ditadura proletárias. Por essa razão, se assemelham na defesa de um governo dos trabalhadores. Fórmula governamental apropriada para a política centrista. Serve muito bem a fins eleitorais e para se adaptar ao reformismo.

No Brasil, devido a constituição das classes sociais, o proletariado revolucionário por excelência está obrigado a se aliar aos camponeses pobres, constituindo a aliança operária e camponesa. A ditadura do proletariado contra a burguesia se materializará no governo operário e camponês, fruto da unidade da maioria nacional oprimida em torno da classe operária. As correntes que se colocam pelo governo dos trabalhadores põem de lado o governo operário e camponês, diluindo assim o lugar estratégico da classe operária na revolução social. Não é por acaso que renegam o caráter leninista do partido, baseado em células e regido pelo centralismo democrático.

O partido leninista é um partido de quadros. Em que a unidade entre a teoria e a prática determina a coesão da militância. Ao contrário disso, as

correntes centristas primam pela frouxidão e pela militância despolitizada. Utilizam dos métodos estranhos à política revolucionária, como por exemplo as festinhas, os acampamentos de veraneio etc, para crescer suas fileiras. Via de regra usam dos sindicatos, às costas dos trabalhadores, para financiar suas atividades, inclusive profissionalizando economicamente seus dirigentes. Algumas delas adotam os mesmos métodos gangsteris da burocracia sindical para golpear os opositores classistas. É comum usarem da difamação e mentira contra seus adversários políticos. Uma outra característica da maioria dessas correntes é que não se apóiam no trabalho legal e ilegal, dando margem para que a repressão as controle e as destrua no futuro.

O internacionalismo dessas correntes se afasta ou se contrapõe à tarefa de reconstruir a IV Internacional. Um se referem à Internacional dos Trabalhadores outras à Refundação da IV. Em todos os casos não se trata do processo de constituição dos partidos revolucionários (secção da IV Internacional), baseados no Programa de Transição, redigido por Trotsky. Essas internacionais apregoadas objetivam fundir correntes distintas, sem que tenham superado divergências com o Programa de

Transição. Ao contrário disso, o POR se constrói como parte do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional, juntamente com o POR boliviano e o POR argentino.

Condições para militar no POR

1. Compreender e estar de acordo com o programa aprovado no III Congresso e aperfeiçoado no IV;
2. Militar organicamente numa célula;
3. Cotizar e defender o auto-financiamento do Partido;
4. Estar de acordo com o estatuto partidário e preservá-lo em sua integridade;
5. Trabalhar incessantemente no interior dos movimentos sociais;
6. Manejar a agitação e a propaganda revolucionárias.



Movimentos da América Latina

Na última semana de maio realizou-se um ciclo de debates sobre os movimentos sociais na América Latina. O Partido Operário Revolu-

cionário (POR) participou de um deles, no dia 27, que contou com a presença de representantes do Comitê Zapatista, das FARCs, de Hugo Blanco (Peru) e do PT.

A maioria se limitou a narrar fatos da situação de cada país, o que incluía desde a brutal repressão governamental até a ofensiva do imperialismo norte-americano. Foi unânime a caracterização de que há uma escalada intervencionista dos Estados Unidos sobre a América Latina. E que assume características militares em países como a Colômbia, onde a guerrilha das Farcs alcançou grande projeção. O representante das Farcs, inclusive, referiu-se ao papel do governo brasileiro no cerco que se realiza na Colômbia.

O porta-voz do Comitê Zapatista no Brasil foi mais enfático na propaganda ideológica. Fez proselitismo em torno da idéia de que o zapatismo é um movimento novo, cujas relações políticas foram construídas de acordo com as necessidades da população indígena-camponesa, deixando transparecer a desimportância do Partido político.

Hugo Blanco não explanou em nome de nenhuma corrente política, apenas como militante da causa indígena nacional. No passado, chegou a se reivindicar do trotskismo. Agora, mostrou-se completamente opos-

to ao partido revolucionário, ao bolchevismo. Seu relato girou em torno do isolamento geral do governo Fujimori e da necessidade de unificar os movimentos. Algum passo já teria sido dado nesse sentido com as manifestações populares.

O representante do POR iniciou justificando a não presença de Guillermo Lora (POR boliviano), lendo a explicação dada no periódico *Massas*. Numa breve colocação referiu-se a agudização da luta de classes na Bolívia, tendo à frente o movimento dos professores e, de outro lado, o choque camponês contra a erradicação forçada do plantio da coca. Indicou a importância da presença do Partido Operário Revolucionário e do isolamento imposto internacionalmente à Bolívia. Mostrou o que distinguia o avanço revolucionário, nesse pequeno e pobre país, é o fato do POR ter por estratégia a revolução e ditadura proletárias. A partir daí referiu-se à ampliação do choque de classes em toda a América Latina, incluindo aí o Brasil. Fato esse que expunha, sem atenuantes, a crise de direção. Citou os casos como a derrota da revolução na Nicarágua, a adaptação da guerrilha de El Salvador à democracia dos algozes e o avanço da restauração capitalista em Cuba. Frisou a importância estratégica do partido internacionalista, que só poderia se construir com a reconstrução da IV Internacional. Nesse sentido, mostrou o perigo do nacionalismo burguês e do reformismo que via de regra contaminam as organizações guerrilheiras. De passagem indicou o risco das negociações das Farcs com o governo. Sem a aliança operário-camponesa e o programa estratégico da revolução proletária não seria possível uma vitória histórica das Farcs contra o imperialismo e a burguesia nativa colombiana. Ao mesmo tempo, mostrou que o zapatismo corria o mesmo risco. Todas essas idéias foram colocadas muito por alto devido a escassez de 15 minutos.

O debate refletiu posições opostas às do POR. Hugo Blanco nos acusou de apego à ortodoxia marxista e afirmou que a ditadura do proletariado teve seu valor na época da Revolução Russa, mas que agora não tem validade. Lançou

mão dos argumentos de que a classe operária já não é mais a mesma e que não se pode nem mesmo falar em proletariado. Chegou ao absurdo de dizer, com isso, que já não há mais a classe revolucionária assinalada por Marx e Engels.

O representante do Comitê Zapatista no Brasil disse não gostar nem de ouvir a palavra ditadura. Mostrou-se completamente ignorante quanto à formulação histórica da ditadura do proletariado. Não por acaso se embrenhou no argumento metafísico de que era preciso criar uma nova linguagem, novas simbologias etc, que o movimento índio-zapatista estaria inaugurando. Chegou ao ponto de afirmar que os zapatistas não têm por objetivo lutar pelo poder.

O militante das Farcs procurou ignorar o debate. Entretanto, não teve como deixar de tocá-lo. Ao responder uma questão colateral sobre o narcotráfico, explicou que as Farcs contam com contribuição, inclusive, de fazendeiros e comerciantes progressistas, não tendo nada a ver com o narcotráfico. No âmbito dessa exposição, disse que na Colômbia estava nascendo um novo poder, que era um poder popular. Limitou-se a essa formulação de poder popular. A ausência de precisão estratégica que só um governo operário e camponês pode dar nascimento a um novo poder, que expresse a ditadura do proletariado contra a burguesia, permite-nos deduzir que o tal poder popular será um governo do tipo sandinista. Ou seja, um governo de colaboração com o denominado setor progressista da burguesia nacional. Dessa forma, o socialismo defendido pelas Farcs não passa de uma máscara do nacional-reformismo.

Como dissemos no debate, não basta estar com as armas nas mãos para se caracterizar um movimento de destruição do capitalismo. Em quaisquer circunstâncias da luta revolucionária, seja nas situações em que imperam o domínio democrático burguês ou naquelas em que as massas se levantam em armas, sempre será fundamental o programa e a presença do partido que o encarna.



ONU: órgão do imperialismo contra a Iugoslávia

Volta e meia o reformismo (PT), a burocracia sindical e o estalinismo referem-se a ONU como um instrumento democrático dos povos. Na presente guerra da OTAN contra a Iugoslávia, levantaram a bandeira de uma solução pacífica através da ONU. É isso que pede o PCdoB em seu Manifesto e a CUT em sua Resolução nacional. Com essa política "democrática", acobertam a verdadeira função imperialista da ONU.

No dia 26 de maio, um Tribunal da ONU condenou Slobodan Milosevic e mais três membros do governo por crimes de guerra. Significa que a polícia do imperialismo poderá inclusive sequestrá-lo dentro da "lei" internacional. Isso quando a OTAN promove a destruição econômica da Iugoslávia e comete uma matança, sem que haja possibilidade de defesa do exército iugoslavo e do povo. Diariamente os mísseis da OTAN atingem alvos não militares: hospital, asilo, penitenciária, emissora de TV, ônibus, alojamentos, bairros residenciais etc. Em seguida, os porta-vozes do imperialismo lamentam os "erros", que no outro dia voltam a se repetir. Com a desculpa de que é impossível a precisão absoluta, a OTAN impunemente assassina e aterroriza a população. Mesmo que seus mísseis não atingissem um só civil estaria configurado um dos maiores crimes de guerra, que é a de devastar um país sem que este tenha a menor possibilidade de defesa.

A ONU, a Corte Internacional de Justiça de Haya e organizações de direitos humanos (todos sustentados com

o dinheiro das potências) ocultam o caráter assassino e terrorista da guerra da OTAN contra a Iugoslávia. A frente militar imperialista viola o direito mais elementar da autodeterminação das nações. A prepotência imperialista, entretanto, é tomada como lógica e necessária. No mundo todo, faz-se a campanha de que os Estados Unidos e seus aliados estão numa cruzada em defesa da liberdade, da paz e dos tais dos direitos humanos. Na realidade, realizam uma ofensiva de ampliação do domínio internacional dos monopólios e do respectivo capital financeiro. A guerra da OTAN contra a Iugoslávia está motivada pelos interesses da indústria bélica e da restauração capitalista nos Balcãs, bem como em outras partes.

É necessário que a classe operária internacional não se deixe ludibriar pela propaganda "democrática" do imperialismo em torno da guerra e da ONU. Os únicos que podem investigar, julgar e condenar o governo de Milosevic são o próprio povo iugoslavo. Os trabalhadores brasileiros devem rechaçar a conduta capituladora do reformismo e do estalinismo, que levam as organizações operárias a confiarem nos organismos do imperialismo, como no caso a ONU.

Internacional

Qual é a solução do imperialismo para a Iugoslávia?

O documento intitulado "Propostas trazidas pelo enviado da UE, presidente finlandês, Martti Ahtisaari, e pelo negociador russo para os Balcãs, Viktor Tchernomirdin", pretende ser a base para a suspensão dos bombardeios da OTAN e promessa de reconstrução econômica da Iugoslávia. Na essência, obriga a retirada do exército sérvio da região de Kosovo e ocupação pela força de segurança da ONU, sob o comando da OTAN. Sustenta o acordo de Rambouillet, traçado pelas potências e antes rejeitado pela Iugoslávia.

Como se vê, trata-se da rendição da Iugoslávia. O negociador russo cumpre o papel de agente do imperialismo, utilizando-se de antigos laços históricos entre sérvios e russos. Não por acaso faz parte desse "acordo" a "ajuda para reconstrução da Iugoslávia". A Alemanha refere-se a "uma espécie de Plano Marshall para os Balcãs". O presidente do Parlamento europeu, José Maria Gil-Robles, expressou o sentido de tal objetivo. Afastar do poder Milosevic e impor à Iugoslávia o funciona-

mento pleno do capitalismo. O imperialismo refere-se a um pacto de estabilidade para os Balcãs.

A estratégia é a das potências imporem suas condições pró-capitalistas e imperialistas na região. Os conceitos de "segurança, estabilidade, desenvolvimento econômico e democratização" têm por conteúdo a restauração plena do capitalismo na Iugoslávia e sua integração na órbita imperialista como país semicolonial.

No seio da burocracia estatal da Iugoslávia há posições claramente capituladoras. O governo Milosevic caminha para essa situação. É o que indica a aprovação pelo Parlamento sérvio do documento "Propostas trazidas pelo enviado da UE (...)".

Se os operários e camponeses dos Balcãs não tomarem em suas mãos a luta antiimperialista e anticapitalista triunfará a barbárie imperialista e o acordo se dará sem nenhuma resistência dos oprimidos. Somente o povo em armas poderá evitar a imposição totalitária do imperialismo "democrático".

México aumenta entrega ao imperialismo

Foi anunciada a concordata da maior siderúrgica do México, a Ahmsa. Um pouco antes, o Grupo Acerero Del Norte (GAN), que controla a Ahmsa, havia também pedido concordata. Segundo informações, as duas concordatas são as maiores da América Latina. A quebra dessas empresas

nacionais se deve ao endividamento, à desvalorização do peso frente ao dólar e à queda dos preços.

A fragilização da economia mexicana está na razão direta da maior submissão à potência norte-americana. A bancarrota de uma siderúrgica, que abastece um terço de todo aço

consumido no México, espelha muito bem essa fragilização. A saída para a Ahmsa, certamente, será a desnacionalização. O capital imperialista em interesse em controlá-la.



O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação, escritos por G. Lora, iniciadas no massas n.º 160.

Comitês Regionais e Células

Os membros dos Comitês Regionais são eleitos por Congressos Regionais. Estas reuniões designarão também seu Secretário Geral. O Comitê Regional se desdobra nas comissões políticas e de organização.

O partido, nas diversas regiões do país, está dirigido por Comitês Regionais. Há que indicar novamente que o POR é uma organização centralizada que tem uma direção nacional única (o mesmo critério se aplica para cada região) e rechaça a teoria de Federação de Comitês Regionais e das células autônomas.

O Comitê Regional tem a finalidade de organizar e fazer funcionar devidamente as células e em uma determinada região cumpre as mesmas funções do Comitê Central. Está também a seu cargo a orientação política das atividades regionais.

A célula designará um coordenador

responsável e um responsável pelas finanças. Os Coordenadores tem a seu encargo o estabelecimento de relações com o Comitê Regional. Quando em um determinado setor há muitas células (operária, estudantil, professores, funcionários etc.) podem ser compostas direções setoriais, que dependam do Comitê Regional, ou seja, que são organizadas e acompanhadas por estes.

A direção, seja nacional ou regional, não é um conjunto de elementos superdotados que realizam um trabalho individual e anárquico, semelhante direção poria em risco o partido. A direção realiza seu trabalho sob a vigilância e crítica de toda militância organizada. Entendemos a direção como uma equipe de militantes experientes e capazes, que efetuam um trabalho coletivo e que por este meio podem superar suas limitações individuais.

No próximo número falaremos sobre a imprensa partidária, sobre a natureza do jornal.

Bolívia

A Barbárie Fascista Atua na Universidade

O processo contra os trotskistas e outros esquerdistas, buscando expulsá-los da UMSA, busca emudecer e manobrar o estudantado para que o governo fascista destrua a universidade autônoma e a privatize.

As Massas Radicalizadas Repudiam o Reitor e a FUL

Este é o sentimento da maioria do estudantado. Ninguém ignora que, no momento de maior radicalização, quando deixaram de lado o legalismo e a obediência as autoridades (foi isto que foi a ocupação do edifício da COMIBOL - Companhia Mineira Boliviana - em La Paz, para uso da carreira de Comunicação Social), os universitários se soldaram com a política do proletariado e se apoderaram do método de luta da ação direta das massas para impor o que buscavam.

Isto explica porque os estudantes seguem nas trincheiras e estão longe de abandonar suas reivindicações lançadas no primeiro momento da luta.

A aceitação pelas autoridades da sede do INRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária —, buscando que tudo retorne à calma, está muito longe de haver sepultado a indignação dos estudantes de base contra a traição que vêm cometendo as

autoridades e os corruptos da direção fulista (Federação Universitária Local).

Devemos sublinhar que a direita e as autoridades serventes do governo narco-gorila não têm outro objetivo que impor os planos obscurantistas ditados pelo Banco Mundial sob o verbete de Reforma (ainda que na realidade se trate de uma verdadeira destruição) e que, no caso de se concretizar, nos levará à destruição da Universidade e da escola.

Em síntese, buscam abrir o caminho para a barbárie. Isto é o que repudiam os universitários.

Processos e Expulsão dos que Pensam com suas Cabeças

O que estão fazendo, de modo bestial, o reitor Taboada e seus lacaios da UMSA (Universidade Maior de San Andres) para acabar com os protestos e sepultar a mobilização, não é mais que a prolongação de uma conduta das autoridades em escala nacional. Pretendeu sepultar todo protesto e todas as conquistas alcançadas no âmbito universitário.

Não devemos esquecer que a luta universitária atual se insere na radicalização da luta de classes, nas grandes mobilizações de massa que têm um grande conteúdo político e antigovernamental.

Isto obriga as autoridades, para acabar com todo protesto ou mobilização, a usar os processos e as expulsões contra os supostos agitadores.

Perguntamos: Onde ficou o governo paritário? O que existe é uma verdadeira ditadura docente-reitoral.

(extraído do Massas do POR boliviano, n.º 1666)

